

Frango congelado
UGC

Alimentação racional.
Rigorous controle sanitário.
Moderno sistema de abate
"Halal"

PROMAR

Produtora de mármore
Telf: 404047 Fax: 401108
Av. do Trabalho 1999, MAPUTO

Frango congelado
UGC

Alimentação racional.
Rigorous controle sanitário.
Moderno sistema de abate
"Halal"

metical

Maputo quinta-feira 09.04.98 N° 199

PROMOÇÃO
INHACA RESORT HOTEL \$50
BAZARUTO LODGE \$77

Reservas: O seu agente de viagens ou Telf: 305000 Fax 305305

Um passo na direcção certa

A partir de meados de 1999

Moçambique passará a dever 1.1 biliões USD

grupo Edifer
Indústrias meta mecânicas e alumínio
a seu lado, em todo o lado

Edimetal

(Maputo) Na terça-feira os conselhos de administração do Banco Mundial e do FMI decidiram admitir Moçambique na iniciativa HPIC.

A decisão implica que, a partir de Junho/99, o stock da dívida de Moçambique sofre um corte de 1.4 biliões USD de valor actual líquido (VAL) - ou seja, 3 biliões USD em valor nominal - descendo dos actuais 5.6 biliões USD nominais para um global de 1.1 biliões USD (VAL) uma vez tomadas em consideração todas as operações adicionais de alívio; ou seja, a nova dívida ficará situada nos 200% do valor médio das exportações de bens e serviços dos últimos três anos. Isto significa que o valor do serviço da dívida baixa para 20% das exportações de bens e serviços. Moçambique conseguiu, pois, as melhores condições possíveis no actual quadro de negociação das dívidas dos países altamente endividados.

Falando ontem numa conferência de imprensa, o Ministro do Plano e Finanças, Tomaz Salomão, classificou a decisão conjunta do FMI e Banco Mundial de "um passo na direcção certa". O objectivo do Gover-

no é ver toda a dívida cancelada. A outra expressão utilizada pelo ministro foi a de que a decisão actual foi "o passo possível".

"Não há dúvida", disse Salomão, de que a entrada de Moçambique na iniciativa HPIC, sexto país a entrar, "é em parte o reconhecimento dos esforços de Moçambique" na aplicação do programa de reformas acordado com Bretton Woods. Joaquim de Carvalho, director executivo do Banco Mundial e representante de Moçambique no CA do Banco, presente na conferência de imprensa, especificou que "o objectivo central da iniciativa é tornar a dívida sustentável".

O alívio via HPIC, recordou Salomão, vai permitir reforçar o financiamento de quatro áreas: Saúde, educação, abastecimento de água e infra-estruturas.

Ele aproveitou a ocasião para agradecer a todas as instituições internas e externas que se bateram para Moçambique conseguir os melhores termos possíveis, e agradeceu também aos doadores que estão a canalizar recursos para o Fundo de Alívio da Dívida. No geral, a

entrada de Moçambique no HPIC "vai aumentar a credibilidade do país", disse ele.

O montante a reduzir - os tais 1.4 biliões USD - será conseguido mediante contribuições de 916 milhões dos credores bilaterais e 526 milhões das multilaterais (destes últimos, 295 milhões virão do Banco Mundial e do FMI). A redução de 1.4 inclui os membros do Clube de Paris, disse o ministro Salomão, mas esperam-se reduções adicionais da parte da Rússia.

Sem dar cifras exactas, o representante do FMI em Moçambique, Marco Pinon, que também estava na conferência de imprensa, disse que no tocante ao serviço da dívida haverá "uma poupança interessante" e não os reduzidos 2 milhões USD/ano conjecturados nos últimos meses nos meandros que mais de perto têm lidado com a questão da dívida.

O último passo antes da decisão de 7 de Abril, foi a missão do FMI que esteve este ano em Moçambique a examinar o comportamento económico do país, tendo concluído, disse Salomão, que Moçambi-

enacomo

COMÉRCIO • INDÚSTRIA • TURISMO

dimac
DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS
DE CONSTRUÇÃO S.A.R.L.

MGI
MADERAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, LDA

SFZ
SERRALVIA
Remolques da Zambézia

ANGOCASU
FÁBRICA DE CASU DE ANGOCHE, BAN.

PROMOTUR

Zambeze Delta Safaris
MOZAMBIQUE

SEDE: Av. Samora Machel, 285-1° • Tel.: (285.1) 430171 • P.O. Box: 698 • Telex: 6-387/5-461 • Fax: (258.1) 428484 • MAPUTO
DELEGAÇÕES: BEIRA - QUELIMANE - NACALA

que "está em recuperação": O PIB cresce, a inflação está controlada, o Mt está estável e o programa de reformas está em curso.

Segundo Joaquim de Carvalho há três condições que Moçambique tem de satisfazer para manter o chamado "com pletion point" - data de aplicação da redução - em Junho/99: Manter o actual quadro macro-económico, respeitar as reformas em curso, e aumentar os investimentos nas áreas sociais. Relativamente ao 2º ponto, Joaquim de Carvalho especificou a obrigatoriedade de contínuo concessionamento nos CFM.

O "mt" quis saber se os credores bi e multilaterais iriam buscar os dinheiros para cobrir os 1.4 biliões cancelados aos dinheiros da ajuda. Marco Pinon e o novo representante do Banco Mundial em Moçambique, James Coates, reafirmaram que está a haver uma tendência mundial de redução dos dinheiros da ajuda mas que a entrada de Moçambique no HPIC não iria significar nenhuma redução dos donativos.

Coates aproveitou para informar que o Banco Mundial decidiu transformar em donativos os créditos concessionais do Banco Mundial a Moçambique previstos para o período Junho/98 a Junho/99, ou seja, até 270 milhões USD. Uma parte deste dinheiro entrará no PROAGRI. O "mt" perguntou-lhe se, face aos erros graves apontados no ROCS e no intuito de se evitar a sua repetição na agricultura, o Banco Mundial estaria aberto a novas rondas de discussão sobre como Moçambique deverá utilizar esse dinheiro já que o raio de discussão na preparação do PROAGRI parece ter sido muito reduzido. Coates disse que sim, acrescentando que o Banco está presentemente, envolvido em tais discussões com o Governo e doadores.

Hoje à tarde, entre Maputo e Washington, Joaquim Chissano e James Wolfensohn falarão em conferência-video, na presença de jornalistas dos dois lados. Foi pedido aos jornalistas para se cingirem a perguntas sobre o HPIC. (Carlos Cardoso)

Ernst & Young

Soluções
Ideias
Resultados

CALENDÁRIO FISCAL

OBRIGAÇÕES FISCAIS PARA DEZEMBRO

Imposto Sobre o Rendimento do Trabalho, Secção A: (Noção de Salário) Nos termos da lei vigente, considera-se remuneração de base: o salário, vencimento ou ordenado e todas as restantes prestações certas e regulares, em dinheiro ou em espécie, abonadas mensalmente ao contribuinte como contrapartida do seu trabalho.

Créditos concessionais do Tesouro

(Maputo) Entre 1992 e 1994, a Companhia Siderúrgica de Moçambique (CSM), maioritariamente detida pelo grupo António Simões, recebeu cerca de 17 milhões USD de créditos altamente concessionais do Tesouro moçambicano. Temos em mãos informação sobre duas outras empresas que receberam créditos concessionais semelhantes, a Trefil (sociedade mista entre a Empresa Metalúrgica de Moçambique e o Estado) e a Transportes Virgínia, uma empresa moçambicana.

Os dinheiros emprestados à CSM e Trefil vinham de donativos estrangeiros ao país, emprestados em moeda forte, a taxas de juro muito abaixo da taxa de desconto do banco central e das taxas de juro comerciais, e a serem pagos em 12 ou mais anos em moeda nacional. Num caso especifica-se que o crédito em USD é para ser pago em Mt à taxa de câmbio vigente no dia de concessão do crédito. Todos os créditos à CSM devem ser usados "exclusivamente" para financiar a "importação de equipamentos" e/ou de "bens e serviços relacionados com o projecto". Eis o que temos em mãos.

Governo de Moçambique obteve da Caisse Centrale de Cooperation Economique - CCCE - "um donativo no montante de 30 500 000 francos franceses, o qual foi transferido para a CSM" "em regime de crédito concessional", a ser pago "em 22 prestações semestrais iguais e sucessivas, depois de um período de graça de 1 ano", e a uma taxa de juro de 15% ao ano "incidindo sobre os montantes utilizados e não amortizados". Diz-se, em seguida, que a CSM pagará este crédito "em francos franceses ao câmbio da data de vencimento da respectiva prestação".

Isto requer esclarecimento. Não é contradição dizer que o crédito é "concessional" e depois estabelecer uma taxa de juros de 15% que, pago em francos franceses, seria um juro muito acima das habituais taxas de juro na banca internacional? Outra contradição: Se o crédito é para ser pago em francos franceses, porque é que o acordo fala de câmbio do dia? Em suma, este crédito está a ser pago em francos franceses ou em Mt? Nos outros acordos aqui referidos esta ambiguidade não existe; especifica-se e moeda de pagamento.

1. **Acordo No. 123 de 27.01.93.** "O

2. **Acordo No. 137** (também a apa-

Hotel Moçambique *na Beira*

Quartos com ar condicionado, casa de banho privativa, água quente e TV satélite - sala de conferências. Tel: 03-32 93 51/5 Fax: 03-32 50 60

Congeladores

FRIAQUE

Fabricados por "Springer Refrigeração de Moçambique, SARL"

Av. de Moçambique 6600, Telf: 470015 / 470537 - Fax: 470015 - Maputo

Modelos 220 E - 330 E - 470 E

Um ano de garantia e assistência técnica

metical

Um jornal por fax. Editor e proprietário: Carlos Cardoso. Av. Mártires da Machava, 1002, Maputo, Moçambique, C.P. 4371

Telfs: 497385/8, 497391/2; Fax: 497387. E-mail: metical@zebra.uem.mz

Assinaturas mensais / USD - ordinária: 20; institucional: 35; embaixadas e ONGs estr.: 50.

rece a numeração 1990013-D). “O Governo de Moçambique obteve do Reino da Noruega um donativo no montante de 40 000 000 coroas norueguesas, do qual 14 200 000 foi transferido para a CSM”, crédito este a ser pago nas mesmas condições de 22 prestações semestrais “iguais e sucessivas” e de um ano de período de graça, a 15% de juros ao ano sobre 50% do crédito, e os restantes 50% pagos às taxas de juro comerciais. A CSM “pagará tanto o crédito como os encargos em moeda nacional e incidirá sobre o somatório das dívidas efectivamente registadas no Banco de Moçambique”.

3. Acordo No. 138 (1989003-D) de 18.03.93. De um donativo de 60 000 000 coroas suecas, 11 700 000 são transferidas para a CSM. Condições de pagamento: um ano de graça, 22 prestações semestrais, juro de 15% sobre os primeiros 50% do crédito, juros comerciais sobre o restante, e tudo pago em Mt.

4. Acordo No. 158 de 08.12.94. Um donativo de 2 000 000 USD fornecido pela Suíça, transferido para a CSM “exclusivamente para financiamento do projecto de instalação de uma aciaria”. Condições: 30 prestações “semestrais iguais e sucessivas”, com um ano de período de graça, a uma taxa de juro de 25% ao ano durante os primeiros cinco anos e 30% “nos restantes anos de vigência do contrato”. Segue-se o seguinte parágrafo: “A CSM pagará tanto o crédito como os outros encargos em moeda nacional aplicando o câmbio oficial vigente à data de assinatura deste acordo”. Segundo uma instituição financeira da praça, o câmbio médio do USD em 1994 foi 6031 Mt.

TREFIL

Temos também cópias dos acordos de três créditos do Tesouro à Trefil, alegadamente detida maioritariamente por António Simões.

1. Acordo No. 140 de 18.03.93.

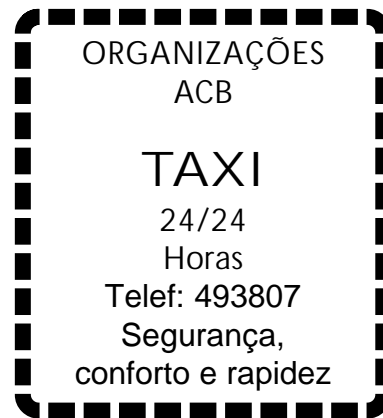
Transferência de um donativo alemão de 4 150 000 DM para a Trefil, para financiamento de importação de “equipamentos e bens ou serviços para a execução do projecto”, com a amortização em Mt, em 12 anos - 22 prestações semestrais - com um ano de graça, a uma taxa de juros de 15% sobre 50% do crédito e o restante a taxas de juro comerciais.

2. Acordo No. 147 (de 1992). Transferência de um donativo norueguês de 3 250 000 coroas norueguesas para a Trefil, “para financiar, a custo razoável, a aquisição de bens requeridos para a execução do projecto, dentro dos procedimentos especificados no Acordo Governo/Noruega”. Condições de pagamento: um ano de diferimento, 12 anos de pagamento, a uma taxa de juros de 15% ao ano “sobre os montantes utilizados e não amortizados, sendo susceptível de capitalização”. Este crédito é para ser pago em Mt à taxa de câmbio em vigor no dia do venvimento de cada uma das 24 prestações.

Acordo No. 148 (1991.045-D) de 28.02.93. Transferência de um donativo de 21 000 000 francos franceses da CC-CE para a Trefil. Condições de pagamento: 13 anos - incluindo um de diferimento - a 15% ao ano, em Mt, à taxa de câmbio em vigor na data de vencimento de cada uma das 24 prestações; e demais condições do crédito anterior.

TRANSPORTES VIRGÍNIA

Temos igualmente cópia de um crédito concessional do Tesouro a uma empresa moçambicana, a conhecida Transportes Virgínia, Lda. A 24.03.95 o Tesouro emprestou a esta empresa 6



736 575 USD de um donativo de 25 000 000 USD da USAID, para comprar “autocarros e viaturas de apoio”. Condições de pagamento: 3 anos em 12 prestações “trimestrais, iguais e sucessivas”, com um período de diferimento de seis meses “a partir da data de chegada dos autocarros”. Taxa de juros: 15% ao ano. O crédito será pago em Mt ao câmbio oficial “vigente à data de assinatura deste acordo”. O câmbio médio de 1995 foi de 8 971 Mt por USD.

PERGUNTAS

Ontem entregámos ao ministro Tomaz Salomão uma lista de perguntas, pedindo esclarecimento sobre aspectos suscitados pela informação aqui publicada - incluindo questões relativas ao BCM de que António Simões foi accionista principal. Mas aproveitámos o momento para lhe perguntarmos se a CSM estava a pagar as dívidas ao Tesouro. Disse que sim. A uma outra pergunta nossa, Tomaz Salomão disse que o esforço do Tesouro está a ser compensado e que a alternativa era “fechar a CSM” ou fazer os empréstimos aqui especificados.

(Carlos Cardoso)

Ambiente de censura na RM

Director de Informação
tenta censurar Dom Jaime, Dhlakama e Manuel Tomé

(Maputo) Um ambiente de censura

e medo parece estar a instalar-se nas redacções da Rádio Moçambique. O Director de Informação da RM, Leonel Matias, também cor-

respondente da BBC em Moçambique, é a pessoa responsabilizada por essa onda de censura. O caso da recente desvinculação de um colaborador na Beira, António Mavila, logo a seguir a este ter feito a polémica entrevista ao Arcebispo da Beira, Dom Jaime Gonçalves, levou a que outras formas de intimidação a jornalistas fossem reveladas.

António Mavila, que detinha um contrato precário de trabalho com a RM na Beira, foi unilateralmente desvinculado poucos dias depois de ter en-

FICHA DE LEGISLAÇÃO			
por Lucinda Cruz			
Assunto: Jogos de azar			
Diploma: Resolução nº20/97 de 15 de Julho			
Órgão: Conselho de Ministros			
Resumo: Aprova as Normas de Controlo da Aplicação das Receitas Consignadas do Jogo.			
BR 28	1ª Série	3º Supl.	de 15.07.97

Ementa do Dia

Têrêrê

Termómetro

Previsões: hoje, céu parcialmente nublado. Temperaturas: max 31°, min 21. Amanhã: céu nublado, max 27°, min 18°.

Workshop

Ciclo de palestras para professores de inglês, no USIS, hoje a partir das 17 h.

* Hoje, a partir das 9 h, seminário sobre águas no centro de conferência da TDM.

* Hoje, debate sobre "Mulher e Liderança" no SNJ, a partir das 17:30.

Música ao Vivo

Música de fusão, sexta-feira no Tchova

Xita Duma, com AZAGA e Xico Antonio, pelas 22 horas.

Sétima arte

Filmes sobre Moçambique realizados por Margot Dias e Viegas Guerreiro entre 1958 e 1961. Projeções hoje e no CCFM, das 10 às 12 e das 18 às 20. Organização: Projecto Arte Makonde.

Exposição

Mostra de artes plásticas aberta na Casa da Cultura do Alto Maé, por ocasião do 7 de Abril.

Bailado

O grupo de canto e dança Milorho apresenta amanhã o seu novo bailado "Lágrimas do Passado", 27 artistas

desfilam numa história inspirada no ritual "Gwaza Muthini". No CCFM, pelas 20 horas.

No Prelo

* Reunião Anual Consultiva da UEM. Dias 15 e 16 de Abril na faculdade de Medicina.

* Vêm aí concertos de José Guimarães produzidos por Xico António. No CCFM e no Teatro Mapiko da Casa Velha, dentro de dias.

**Este espaço tem o patrocínio do
HOTEL POLANA**

trevistado Dom Jaime; o prelado dizia que não votaria na Frelimo e que as autárquicas de Junho iriam ser fraudulentas devido às irregularidades no recenseamento eleitoral.

José Durbeque, delegado da RM na Beira confirmou-nos a rescisão do

contrato com Mavila, acrescentando que a medida partiu dele. Mas Durbeque negou que a decisão tivesse algo a ver com a entrevista a Dom Jaime. Ele explicou as suas razões: "Mavila era um repórter que nunca cumpria com as orientações da chefia da re-

dação. Ele fazia trabalhos por encomenda. Já lhe tínhamos chamado a atenção várias vezes. Ele não era um colaborador ideal".

Durbeque disse ainda que toda a redacção da Beira teve conhecimento do assunto e que os jornalistas foram favoráveis ao afastamento de Mavila.

Falámos com Durbeque na tarde de terça-feira. Na mesma tarde dois jornalistas na RM na Beira disseram-nos, na condição de anonimato, que ainda não tinham tomado conhecimento do afastamento de Mavila e que nem sequer havia uma circular na redacção a dar conta do assunto. Apesar de insistentes tentativas, não conseguimos contactar Mavila.

LEONEL MATIAS

Na terça à noite, o "mt" foi contactado pelo Director de Informação da RM, Leonel Matias, para nos transmitir a posição oficial da RM nesse momento. Ele disse-nos que nos falava a pedido do Presidente do Conselho de Administração da RM, Manuel Veterano, cujo posicionamento havíamos procurado obter durante o dia.

"Tanto a direcção de informação como o Conselho de Administração da RM", disse-nos Matias, "desconhecem qualquer medida que tenha sido tomada (na Beira). Os emissores provinciais têm autonomia em relação aos cola-

editorial

O MOMENTO DA EXCEPÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da RM, Manuel Veterano, é conhecido na classe jornalística como pessoa mais preocupada com a gestão comercial e administrativa da instituição do que com a parte editorial. É, sem dúvida, uma postura a saudar. Foi ao abrigo dessa atitude que a RM cobriu, nos últimos anos, de forma bastante satisfatória, a sua obrigação de servir de canal público do pluralismo cultural e político do país. Muito gostaríamos de ver Manuel Veterano a manter essa atitude no seu dia a dia ao leme da RM.

Mas todas as regras têm excepções. Chegou a vez de Manuel Veterano adotar, ainda que muito de passagem, uma excepção: Interferir sem rodeios na parte de política editorial da emissora para garantir que a RM continue a respeitar os preceitos de liberdade de expressão e de direito do povo à informação consagrados na Constituição, e eliminar, de uma vez por todas, o clima de medo e insegurança que se está a instalar entre os seus jornalistas. As incursões do seu Director de Informação contra a liberdade de imprensa são, pura e simplesmente, inaceitáveis. Achamos que o PCA da RM deve discipliná-lo imediatamente, em função dos altos padrões de liberdade de imprensa e de expressão que ele é suposto de aplicar na qualidade de director de um órgão de informação público.

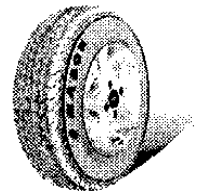
A RM é um serviço público pelo qual os contribuintes pagam. Isso requer o máximo respeito da parte dos seus directores. E o público não paga para que responsáveis da emissora nacional tentem coartar a Dom Jaime, a Manuel Tomé ou a Dhlakama o seu direito de se dirigirem à sociedade para a informarem do que pensam.

Uma vez corrigida a situação e, assim, vigorosamente defendido o perfil da RM como instrumento de liberdade de expressão, poderá Manuel Veterano voltar à sua postura de dirigente ocupado essencialmente com a saúde financeira da instituição, deixando aos jornalistas tratar de tudo quanto seja matéria editorial.



MABOR

Ao Ritmo da Estrada



boradores. Eventualmente poderá ter sido tomada alguma medida no âmbito dessa autonomia". Ele insistiu que a direcção da RM em Maputo ainda não havia sido informada do assunto Mavila. "O PCA da RM diz que promete averiguar o assunto, e dentro de 3 dias vamos anunciar o que aconteceu de facto".

Especificamente em relação à entrevista a a Dom Jaime, Leonel Matias disse-nos que "a direcção da RM não via motivo para tomar qualquer medida ou proceder qualquer inquérito".

O caso Mavila não acaba na sua figura. Dois outros jornalistas da RM na capital foram repreendidos por Leonel Matias, na sequência do trabalho de Mavila. O primeiro foi Faustino Igrejas. Foi ele o primeiro a tratar o material que Mavila enviara, pois estava a editar o RM-jornal da noite de 31 de Março. Segundo nos contaram, nesse dia, após receber o material, Igrejas ponderou um pouco e decidiu que as declarações do prelado tinham importância noticiosa suficiente para virem a público. E publicou-as. No dia seguinte de manhã, um outro jornalista, Emílio Manhique, que realizava o jornal da manhã, também publicou a peça de Mavila contendo as declarações do prelado, e também ele, segundo as nossas fontes, foi criticado por Leonel Matias. Segundo nos contaram, Igrejas foi abordado no dia seguinte por Matias.

No nosso contacto com Matias perguntámos-lhe se era verdade que ele admoestara Faustino Igrejas.

"É mentira", respondeu ele peremptoriamente. Mas depois acrescentou: "Conversei com ele. Disse-lhe que achava que o trabalho não devia ter ido para o ar por duas razões: Primeiro, na entrevista, Dom Jaime falava de erros cometidos durante o processo de recenseamento. Do ponto de vista da direcção de informação esse era um assunto ultrapassado na medida em que já se estava a proceder à correcção dos erros. Em segundo lugar, Dom Jaime dizia que não iria votar na Frelimo. Isso não é notícia para nós, para além de que o voto é secreto. Ele podia influenciar o eleitorado".

Na qualidade de director de informação da RM achaste que não era notícia o Dom Jaime dizer que não iria votar pela Frelimo mas utilizaste essa mesma informação na BBC e o teu trabalho foi ouvido cá.

"A partir do momento em que a entrevista tinha ido para o ar (na RM), e

como havia uma reacção de Manuel Tomé, a colocar outras questões, passou a ser notícia".

Quer dizer, se as declarações de Dom Jaime não tivessem sido transmitidas pela RM tu não as passarias à BBC?

"Não é bem assim. Havia a reacção de Manuel Tomé".

Reformulo a pergunta: Se a entrevista de Dom Jaime não tivesse ido para o ar na RM, e se a RM não tivesse publicado a reacção de Manuel Tomé, tua não enviarias a notícia das declarações de Dom Jaime para a BBC?

"Não".

MANUEL TOMÉ

Mas o assunto não fica por aqui.

Boaventura Mandlate, um repórter da RM, na quarta-feira, 1 de Abril, estava a cobrir a sessão a AR. A dada altura, contou-nos ele ontem, entrevistou em directo para o RM-jornal o Secretário Geral da Frelimo, Manuel Tomé, convidando-o a reagir às declarações de Dom Jaime. Mandlate disse-nos que ainda estava a em linha com os estúdios quando recebe um contacto de Leonel Matias a censurá-lo por ter obtido a reacção de Manuel Tomé. A alegação apresentada por Matias, disse-nos Mandlate, foi de que ele, Mandlate, pusera Tomé a falar longamente.

DHLAKAMA

Foi a segunda vez em pouco tempo que Faustino Igrejas recebeu recriminações de natureza editorial da parte de Leonel Matias. Segundo uma fonte da RM, em Janeiro, quando ele coordenava a redacção da tarde em substituição de um colega, Igrejas foi suspenso dessa função por ter aceite publicar uma entrevista a Afonso Dhlakama feita por dois outros jornalistas, nomeadamente Arão Cuambe e Fernando Canana. Nessa entrevista, Dhlakama respondia ao governador de Sofala a propósito de alegados esconderijos de armas em Marínguè. Cuambe e Canana, disse fonte da RM, só não foram punidos porque o Conselho de Redacção entrou em sua defesa.

Para a feitura deste artigo, cujo assunto de fundo foi tornado público esta semana pelo semanário "Demos", o "mt" ouviu vários jornalistas da RM, incluindo um chefe de redacção. Todos, excepto Boaventura Mandlate, se recusaram a falar abertamente. Só o

fariam na condição de anonimato, consolidando a percepção de que um clima de medo está realmente a tomar conta da RM.

CONSELHO DE REDACÇÃO

Matias está a chefiar a Direcção Central de Informação (DCI) da RM há pouco menos de um ano. Nestes meses, segundo as nossas fontes, ele já tentou alterar aspectos vitais do funcionamento da redacção central da RM. Um deles é o regulamento do seu Conselho de Redacção (CR). Este diz que cabe ao CR propor 4 jornalistas para a chefia das suas redacções em Maputo; só depois é que dois deles são confirmados pelo DCI.

Há poucas semanas, Matias propôs o fim dessa prerrogativa, querendo que as chefias das redacções passassem a ser nomeadas por si, alegando pretender formar a sua equipa.

Outra alteração que Matias pretende fazer é esta: Alterar o artigo do regulamento do CR que estipula que cabe ao CR decidir sobre quaisquer dúvidas de interpretação da linha editorial da Rádio. Matias quer passar a si a prerrogativa de decidir sobre esta matéria. E também quer ser ele a dirigir o próprio CR.

Por enquanto, estas propostas não passaram tendo merecido forte oposição do CR. Uma terceira proposta de Matias sugere que se entregue ao PCA o poder de dirimir debates editoriais entre o DCI e o CR.

Mas há uma outra proposta de alteração do regulamento em vigor, proveniente do PCA da RM, Manuel Veterano, para que ele passe a indicar os chefes de redacção para as províncias. Um jornalista membro do CR argumentou ao "mt" que isso é inaceitável pois estaria a abrir caminho para a interferência do PCA em assuntos de carácter editorial na RM.

(Marcelo Mosse e Carlos Cardoso)

PS: Ontem ouvimos o SG do SNJ, Hilário Matusse. Ele disse-nos que o SNJ também já tinha recebido indicações de estar a haver práticas de censura dentro da RM. Brevemente, disse ele, o SNJ vai reunir com comités sindicais e entidades patronais para debater vários assuntos, entre os quais este. Segundo ele, o SNJ ainda não tem posição sobre o afastamento de António Mavila pois está a recolher os dados do caso.